

Alianças, conflitos e resistência: a relação Kaingang com os aldeamentos provinciais no Rio Grande do Sul (século XIX)

SANDOR FERNANDO BRINGMANN*
ANA LÚCIA VULFE NÖTZOLD**

Introdução

Convencionou-se durante um longo tempo, estudar a questão indígena do Rio Grande do sul no sentido de colonizador para colonizado, ou seja, elaboravam-se narrativas para revelar a forma com que as populações indígenas foram dominadas e aldeadas de acordo com os preceitos da sociedade ocidental cristã. A imagem do indígena enquanto entrave para a colonização e civilização dos sertões do espaço a que se refere o atual estado do Rio Grande do Sul, consolidou-se na historiografia regional principalmente na primeira metade do século XX. Autores como João Cezimbra Jacques (1912), Aurélio Porto (1934), Guilhermino Cesar (1970), entre outros, vão contribuir para que a história indígena, quando considerada enquanto tal, seja vista como uma história de aculturação e assimilação, com pouco ou nenhum espaço para a descrição das lutas pela autonomia sócio-cultural destes povos. De acordo com os pressupostos destes autores, a supremacia do “branco” aumenta a subjugação indígena e a dependência frente aos novos costumes e valores impostos pela sociedade “civilizada”.

Felizmente, cada vez mais aumenta o número de pesquisadores cujos trabalhos pretendem revelar o dinamismo existente em situações de contato, retratando não apenas as imposições de um grupo supostamente mais forte sobre o outro, mas também a compreensão deste processo enquanto fenômeno dinâmico, flexível, articulado entre os sujeitos que o vivenciam, oferecendo subsídios que permitem novos rumos para analisar o contato intercultural. As pesquisas de MARCON, 1994; CALEFFI, 1997; LAROQUE, 2000, 2006, vão evidenciar e reforçar esta corrente historiográfica. Na proposta destes autores, “o conceito de aculturação se altera completamente e, ao invés de se opor, a resistência passa a caminhar junto com ela” (ALMEIDA, 2003:27).

Maria Regina Celestino de Almeida, sugere que os aldeamentos indígenas não sejam vistos apenas como espaços de subjugação e controle por parte da coroa ou por missionários e colonizadores. A autora avalia que mesmo sem desconsiderar as perdas culturais e territoriais

* Doutorando em História Cultural no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina. PPGH/UFSC.

** Orientadora, Professora do Curso de História e do Programa de Pós-Graduação em História, PPGH/UFSC. Coordenadora do Curso Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica-PROLIND/SECAD/MEC/UFSC e do Observatório da Educação Escolar Indígena - OEEI/MEC/Capes.

dos indígenas, é possível analisar o processo sob a perspectiva dos interesses dos próprios indígenas, onde as aldeias são vistas como espaços de sobrevivência, nos quais muitos grupos tiveram espaço de reelaborar suas culturas e identidades (ALMEIDA, 2010:73). Assim, de acordo com esta perspectiva, objetivamos contribuir para divulgação de alguns aspectos pouco considerados sobre a história *Kaingang* no século XIX, história esta que se construiu repleta de manifestações de autonomia cultural e diferentes estratégias de resistência, as quais tentamos identificar na documentação pesquisada. Analisando a trajetória do cacique *Doble* e seus comandados, percebemos que em situações adversas, muitos líderes acabaram optando pelos aldeamentos, aos quais não necessariamente se resignaram, pois também agiram de acordo com seus interesses específicos, exercendo novas práticas políticas e culturais que a nova situação exigia.

Ao pesquisarmos sobre o aspecto em que se configuraram as formas de agir, pensar e resistir dos *Kaingang*, precisamos orientar nossas análises para a desvitimização do indígena, visando, dessa forma, “recuperar o sujeito histórico que agia de acordo com a sua leitura do mundo ao seu redor, leitura esta informada tanto pelos códigos culturais de sua sociedade como pela percepção e interpretação dos eventos que se desenrolaram”. (MONTEIRO, 1999:189-190). Destarte, a relação intercultural pode ser estudada de forma ambivalente, sem reprodução dos velhos conceitos concernentes à aculturação e à integração dos povos indígenas, aceitos e usados por longa data, tanto no campo da História, quanto pela Antropologia.

Para fundamentar nossa pesquisa documental, buscamos um diálogo com a perspectiva histórico-antropológica, por acreditar que através deste suporte teórico seja possível realizar uma abordagem na qual o contato entre as culturas não seja visto de forma estanque, como se existissem dois blocos distintos, um impondo esquemas culturais e o outro absorvendo; um sendo destruído e o outro mantendo sua tradição imutável (ALMEIDA, 2003; SCWARKZ, 2005). Neste sentido, propomos lançar um olhar para a resistência dita “surda”, implícita no cotidiano dos grupos sociais, neste caso, representada por ações específicas do cacique *Doble*, envolvendo as negociações, a subversão, as ameaças e outras formas simbólicas, capazes de impor sua própria percepção do momento e do processo que estavam vivendo.

Os Aldeamentos e as lideranças indígenas

Tendo em vista o ideal de consolidação do Império Brasileiro, as elites políticas e intelectuais adotaram medidas para criar espaços destinados a estabelecer os indígenas que ainda “erravam” pelas terras consideradas devolutas do território nacional. Através do Decreto nº 426, de 24 de Julho de 1845, é regulamentada a organização das missões de catequese e civilização dos indígenas nas diversas regiões do país. Trata-se do *Regimento das Missões*, cujo objetivo era regular a ação do Estado junto às populações tribais.

O *Regimento das Missões*, obedecendo à ideologia do colonialismo, buscava atingir duas metas principais: civilizar e catequizar os indígenas. Essa política significou, se não a cessação, pelo menos a diminuição do extermínio dos grupos considerados hostis. O Estado nacional prevê uma mudança de atitude em relação à questão dos índios e ao papel do elemento religioso na catequese. (ROCHA, 1998:44). Em verdade, esta mudança pode ser percebida já a partir de 1831 quando, durante a regência de Diogo Antônio Feijó, foram revogadas as leis que autorizavam a “guerra justa aos índios”, decretadas através das cartas régias de D. João VI (Ibid.)

Neste contexto, a política de aldeamento dos *Kaingang* na província do Rio Grande do Sul, obedecendo ao Decreto nº 426, foi implementada pelo governo provincial para evitar problemas com os indígenas que se encontravam dispersos pelas matas das regiões norte e nordeste da província, áreas propícias para a colonização pelos imigrantes europeus. Na concepção das autoridades provinciais, esta poderia se tornar uma maneira prática e segura de acabar com as ameaças aos lotes coloniais e fazendas destas regiões (NONNENMACHER, 2000:33-34). Deste modo, em 1846 são implantados os primeiros núcleos voltados para a concentração dos indígenas. O Aldeamento de Nonoai, no extremo norte da província surge como o principal núcleo naquele momento, seguido pelas aldeias da Guarita, no noroeste, Pontão e Campo do Meio, na região dos campos de Vacaria.

Com relação aos aldeamentos, Lucio Tadeu Mota lembra que é importante pensar estas instalações na perspectiva dos indígenas, pois cada grupo traçava políticas e estratégias diferentes para adaptar-se à situação. Segundo o autor, grande parte dos indígenas viu nos aldeamentos, primeiro, uma fonte de recursos materiais da sociedade não indígena, segundo, um local de abrigo quando se envolviam em escaramuças com forças contrárias (brancos ou tribos inimigas) e terceiro, um local de abastecimento de alimentos produzidos pelas roças dos aldeamentos (MOTA, 2000:18). Nestas relações, o papel das lideranças era sempre de destaque.

Entre os pesquisadores da temática, há praticamente um consenso em afirmar que na relação dos *Kaingang* com seus líderes, havia uma forte ligação, a ponto de dificultar sobremaneira as tentativas de atração e civilização, não somente pelos missionários jesuítas, mas igualmente pelas autoridades políticas e policiais. Por isso, ao longo do século XIX, inúmeras foram as tentativas de anular a ação dos líderes frente aos seus comandados. Luiz Fernando Laroque (2000) evidenciou muito bem a relação das lideranças *Kaingang* com seus subordinados e a divisão do poder entre os integrantes das tribos e subtribos que compuseram o espectro social destes indígenas durante praticamente todo o século XIX.

Durante o século XIX, no território que compreende o atual Rio Grande do Sul, vários foram os líderes *Kaingang* que se destacaram no campo das alianças e negociações, a ponto de aparecerem frequentemente nos relatórios dos presidentes provinciais, ora enaltecendo seus serviços à causa dos aldeamentos, ora denunciando seus atos de insubordinação. Muitos líderes ganharam destaque também pela resistência imposta à invasão de seu território e aos aldeamentos, como no caso do cacique *Nicué*; pela relação ambivalente com as autoridades provinciais, dos quais destacamos *Victorino Condá*, *Nonoai*, *Fongue*¹, ou ainda, pelo duplo papel exercido, ora de aliança, ora de reação contra as ordens das autoridades, como o cacique *Doble*.

Poderíamos dizer que em determinados momentos, todos os caciques fizeram esse jogo duplo, ora negociando com os missionários e autoridades, ora resistindo e confrontando as ordens dos mesmos. Sobre estas relações as informações são fartas, entretanto, dada a limitação de páginas de nosso trabalho, procuramos neste momento, dar destaque especial à atuação do cacique *Doble*.

O cacique Doble e sua estratégia anti-aldeamento

Conhecido entre os indígenas como *Yu-toahê*, o cacique *Doble* tem sua trajetória delineada através de anotações feitas pelo engenheiro belga Pierre Alphonse Mabilde.² Os

¹ Para maiores informações e detalhamentos sobre a atuação destes indígenas, consultar: LAROQUE, Luís Fernando da Silva. **Lideranças Kaingang no Brasil Meridional (1808-1889)**. São Leopoldo: Instituto Anchieta de Pesquisas, 2000.

² Pierre Alphonse Booth Mabilde foi um engenheiro belga, naturalizado brasileiro que viveu longo tempo no Rio Grande do Sul (1833-1892), onde atuou como agrimensor na abertura de estradas e demarcação de colônias. Mabilde supostamente ficou preso durante dois anos entre os *Kaingang* da região nordeste do Rio Grande do Sul, quando teria escritos seus “*Apontamentos sobre os Índios Selvagens da Nação Coroados dos Mattos da Província do Rio Grande do Sul*”. A biografia de Alphonse Mabilde foi feita por duas bisnetas suas, May Mabilde Lague e Eivlys Mabilde Grant, que organizaram as anotações do bisavô e publicaram em 1978, o texto integral, que já havia sido publicado em 2 tomos, em 1897 e 1899 no *Anuário do Estado do Rio Grande do Sul*.

apontamentos do engenheiro indicam que o cacique *Doble* ganha destaque no final da década de 1830, logo após a ocorrência de um assalto a tropeiros, na estrada que ligava os Campos do Meio aos Campos de Passo Fundo na então província de São Pedro do Rio Grande do Sul. Este ataque, vinculado à ação de “índios selvagens”, resultou na morte de dois tropeiros e um escravo (MABILDE, 1983:159). Os indígenas que efetuaram o assalto seriam liderados pelo cacique *Braga*.

Nesta época, *Doble* era um cacique subordinado ao *Pay-Bang Braga* e, como se encontrava descontente com sua situação inferior, ambicionou desbancar o cacique principal. De acordo com Mabilde, *Doble* planejou uma traição contra *Braga* durante as comemorações do saque obtido no ataque citado. Entretanto, as coisas não ocorrem da forma planejada e o cacique *Doble*, ao invés de surpreender, acabou surpreendido pela reação dos antigos companheiros. Depois de uma violenta luta entre os seguidores de *Braga* e *Doble*, na qual teriam ocorrido muitas mortes, principalmente entre os integrantes do grupo do cacique *Doble*, este foge para as matas, onde permanece por um bom tempo com o que sobrou de sua gente. (Ibid:160).

Após a tentativa frustrada de assumir o comando dos indígenas seguidores do cacique *Braga*, o cacique *Doble* e os seus seguidores restantes acabam sendo forçados a mudar constantemente de lugar, tendo em vista que o Cacique *Braga* passou a persegui-los constantemente pelas matas (PRÉZIA, 1994:65). *Doble* parece ter vivido uma situação de extrema instabilidade e pressão, pois ao decidir romper com *Braga*, colocou a si e a seu grupo em uma situação de perambulação e exposição aos outros grupos rivais, como destaca Benedito Prézia:

Com um grupo reduzido, retirou-se para a margem direita do rio Uruguai, tendo que enfrentar a oposição de outras facções Kaingang, inimigas de Braga e que por sua vez o viam como inimigo, pois acreditavam que ainda pertencesse ao antigo grupo. Assim, Doble viu-se encurralado: de um lado pelos homens de Braga, de outro, pelo povo de Nhancuiá e de outro, finalmente, pelos Xokleng, tradicionais inimigos dos Kaingang. (Ibid: 69)

Nesse tempo em que ficou perambulando pelos sertões, é provável que *Doble* tenha aceitado e mantido o contato pacífico com os fazendeiros e tropeiros que circulavam pela região do Campo do Meio. Neste contato, procurou aproveitar os benefícios de uma boa relação com os fazendeiros e autoridades policiais, buscando angariar certo prestígio com as autoridades políticas da capital. Ao adotar a lógica das negociações, *Doble* deve ter percebido

Salientamos também que o termo *Coroados* utilizado por Mabilde para se referenciar aos indígenas, foi a denominação corrente neste período para designar os *Kaingang*.

que conseguiria vantagens para si e seus comandados, caso procurasse a proteção do governo com seu pequeno grupo. Dessa forma, evitava ainda a diminuição cada vez maior de seguidores, que frequentemente fugiam para juntar-se a grupos maiores, como os dos caciques *Nonoai*, *Condá* e do próprio *Braga*.

Durante muito tempo *Doble* resistiu à ideia de estabelecer-se em algum aldeamento. Entretanto, no ano de 1848, o cacique parece ter cedido aos apelos das autoridades para que se aldeasse com sua gente em um dos aldeamentos provinciais. Em maio daquele ano, o Diretor Geral dos Índios, José Joaquim de Andrade Neves, recebe um ofício do Sub-Delegado de Passo Fundo, Joaquim Fagundes dos Reis, onde este último revela que um fazendeiro chamado Manoel José de Quadros, embrenhou-se nas matas da região do Rio Taquari, “e conseguiu que os caciques *Nicofé*, *Chico*, *Maneco* e *Dobre* fossem com suas hordas e acompanhassem com o deznio de aldearem-se no Campo delle Quadros; e assim estão praticando” (OFÍCIO, 19-05-1848).

Ao adotar esta estratégia, o cacique *Doble* consegue, de certa maneira, iludir as autoridades da província, obtendo assim muitos benefícios materiais e inclusive monetários. O cacique, porém, impôs uma condição para seu aldeamento: ora se fixariam no Pontão, ora no Campo do Meio. Não restando outra saída, a exigência foi aceita inicialmente por Andrade Neves. Esta barganha de *Doble* permitiu com que ele e seus seguidores continuassem vagando pelas matas, praticando seus ataques nas colônias, nas fazendas e contra grupos inimigos, principalmente contra aqueles que se estabeleciam nos aldeamentos. Além disso, como a política do governo estava voltada nesse momento para a assimilação pacífica dos grupos indígenas ainda “selvagens”, poderia tirar vantagens reais dessa situação. Quanto ao teor destas vantagens, Laroque reitera que:

A tribo do Cacique Doble [...] tinha feito um tratado de assistência com o governo e servia de certo modo para proteção contra tribos inteiramente selvagens. Por esse motivo, vinham muitas vezes à capital onde eram presenteados com roupas, fazendas, utensílios culinários e instrumentos agrícolas. (LAROQUE, op. cit:137.)

Identificamos nessa relação com o governo provincial, um escopo fundamentalmente oportunista do cacique *Doble*, por buscar tirar proveito dos projetos socioeconômicos da sociedade envolvente. Dentro deste sistema de relações, muitas vezes, ao invés de enfrentar a dominação através da força, do protesto, foi preciso abrir caminhos diferentes, disfarçados de acomodação, obediência e colaboração para coligar aos símbolos dos não indígenas, novos significados criados a partir de sua representação do mundo.

A estratégia de *Doble*, entretanto, não passou incólume aos olhos de Mabilde, que percebeu os objetivos da “jogada” do cacique. É importante salientar, porém, que Mabilde possuía uma visão negativa preconcebida do cacique e, por isso, atentou exclusivamente aos aspectos depreciativos a respeito do mesmo. São recorrentes no texto do engenheiro, expressões como: “dissimulado”, “perverso”, “traidor”, “sardônico”, entre outras atribuições, que contribuem para uma visão baseada em juízos de valor, muitas vezes reproduzidos sem a devida análise crítica. Vejamos um trecho em que o autor discorre sobre as características da personalidade do cacique *Doble*:

De todos os caciques que até hoje se aldearam, era o cacique Doble um dos mais inteligentes, mais simulado e o mais perverso. Foi o único cacique que pelo seu caráter falso e simulado, soube iludir a todos os presidentes da província – dos quais soube granjear simpatia e uma confiança que nunca mereceu, e da qual abusou da maneira mais infame. (MABILDE, op. cit.:166).

Para tentar entender os motivos destas afirmativas severas de Mabilde, buscamos pesquisar um pouco mais a fundo o comportamento do cacique *Doble* após o aldeamento e a sua relação com o governo da província. Primeiramente, analisaremos as contribuições do cacique para as perseguições dos indígenas praticantes das “correrias”.³

Mario Gardelin indica que a utilização dos serviços do cacique *Doble* pela primeira vez se deu na perseguição do grupo do cacique *Nicué*, quando do assalto e sequestro da família de Mariano Pimentel em 1851.⁴ A ideia de utilizar *Doble* e sua gente na perseguição teria partido do próprio Pimentel, que, sabendo da inimizade entre os dois caciques e o conhecimento de *Doble* sobre a região, lançou mão dos serviços do cacique. Este, atuando como comandante do grupo de resgate, alcançou os indígenas na encosta do rio das Antas, conseguindo resgatar os prisioneiros, mas, sem pôr a efeito a captura de *Nicué*. (GARDELIN, M. Apud: LAROQUE, op. cit.:137).

Os “serviços” do cacique *Doble* foram então novamente solicitados logo após outro ataque do cacique *Nicué*, desta vez na colônia alemã do Mundo Novo. Trata-se do caso da

³ O termo “correrias” aparece na documentação para designar os atos hostis dos indígenas de várias partes do Brasil no momento em que estes impõe resistência ao invasor. No caso estudado por nós, designa principalmente os ataques dos *Kaingang* às fazendas e aos lotes coloniais dos imigrantes europeus.

⁴ Trata-se dos ataques acontecidos nos Campos de Vacaria, às residências das Famílias Pimentel e Vargas, nas quais ocorreram seqüestros e mortes de várias pessoas, segundo consta em relatório enviado pela Câmara Municipal de Vacaria para o Presidente da Província: “No dia 5 do mês passado, saiu um pequeno numero de bugres do mato denominado Turvo e bateram às casas de João Mariano Pimentel e Bernardino Fialho de Vargas. Na primeira mataram um irmão do dono da casa, um filho, um sobrinho e duas escravas. Carregaram com três filhas e três filhos e uma escrava do dito Pimentel, sendo duas filhas já moças. Roubaram toda a casa e quebraram tudo. Na segunda, mataram a um primo do dono da casa e fizeram os mesmos estragos que na primeira, e na retirada para o mato foram aonde estavam cinco homens fabricando erva-mate e todos os mataram, com semelhante procedimento.”(RELATÓRIO 16-09-1851).

morte do colono alemão Pedro Watenpuhl e o sequestro de sua família.⁵ Interessa-nos neste momento a participação do cacique *Doble* na perseguição dos indígenas acusados do crime. Segundo Erni Engelmann, após o acontecido, os sequestradores teriam se embrenhado nas matas com suas vítimas, sem deixar nenhuma pista sobre seu paradeiro. As diligências compostas por forças do governo fracassaram em todas as tentativas de encontrar *Nicué* e seus seguidores. (ENGELMANN, 2004:313-315)

O governo provincial levou a questão muito a sério, pois as denúncias de crimes cometidos por indígenas supostamente comandados pelo cacique *Nicué* se multiplicavam. O caso tornava-se ainda mais preocupante tendo em vista que *Nicué* arregimentava muitos indígenas aldeados para participar de suas correrias. Este fator possibilitava que um grande número de crimes fossem cometidos, pois o contingente movimentava-se por um grande espaço geográfico, atuando tanto na região de Vacaria quanto nas Colônias. (GARDELIN & COSTA, 1993:49).

Incumbido de acompanhar o Capitão Francisco Mueller, inspetor da localidade de Mundo Novo, o cacique *Doble* acaba recebendo carta branca para proceder da maneira que considerasse conveniente para encontrar os fugitivos. Conhecedor daquelas paragens, não foi muito difícil para o cacique encontrar logo o acampamento do cacique *Nicué*. O resultado da busca foi a libertação dos prisioneiros e a morte de *Nicué* e vários de seus subordinados.

Frente ao sucesso dessa nova missão, *Doble* angariou ainda mais admiração, principalmente do presidente da província, que enaltece seus bons serviços quando o recebe em Porto Alegre, juntamente com as pessoas libertadas. Segundo Gardelin, nesse episódio “o cacique exibiu uma orelha de João Grande⁶ curtida pelo tempo” (Ibid. p. 50). Este pormenor chama a atenção pelo simbolismo que representa: tornou-se prática comum entre os bugreiros⁷ apresentar as orelhas de suas vítimas quando voltavam de suas “caçadas”.

⁵ O caso da Família Watenpuhl tornou-se bastante notório quando Leopoldo Petry escreveu o livro “*Maria Bugra*”, no qual narra detalhadamente o caso acontecido no Mundo Novo. O título “*Maria Bugra*” faz referência à filha raptada de Pedro Watenpuhl, Maria Watenpuhl, que, depois de conviver durante muito tempo entre os *Kaingang*, já inspirava confiança entre os indígenas, a ponto de entrar e sair sozinha nas matas. Teria sido assim que, após um descuido das índias responsáveis por vigiá-la, teria fugido e conseguido avisar as autoridades sobre onde estavam localizados os indígenas com os raptados. O resgate só aconteceu 15 meses após o rapto, em uma emboscada efetuada pelo Capitão Francisco Miller, onde contou com o auxílio do cacique *Doble*.

⁶ O cacique *Nicué* também era conhecido entre os não indígenas pela alcunha de *João Grande*, dado a sua estatura física.

⁷ Grupos de homens armados, criados para inibir toda e qualquer atitude agressiva dos índios aos lotes coloniais. Eram formados por batedores de mato experientes, muitas vezes, caboclos e mesmo índios, vindos de outras partes do Brasil, onde já participaram de tarefa semelhante.

Inclusive, muitos deles recebiam seus soldos de acordo com a quantidade de orelhas que apresentavam aos “patrocinadores”.

O extermínio dos grupos indígenas “hostis” foi muito comum durante século XIX, tanto em momento anterior quanto posterior aos aldeamentos. Muitas das reações eram perpetradas diretamente pelos colonos ou por fazendeiros, que juntavam alguns homens e davam caça aos “bugres” que porventura os ameaçassem. Na região de Vacaria, onde foi instalado o Aldeamento do Pontão, disseminavam-se em 1851, notícias de que os indígenas planejavam assaltos às povoações dos arredores. Dessa maneira, criava-se um estado de alerta entre os moradores, como narra o Padre Parés:

Neste povo corre o alarma de que os Bugres se ajuntarão para dar um assalto. Os que espalhavão esta notícia se rião della; mas a Guarda Nacional esteve sobre as armas, entretanto que nos aldeamentos tudo estava sossegado e só alguns Bugres do Arechi que perderão suas roças erão os que tinhão sido vistos no mato sem armas, procurando mel e comendo milho das roças destes moradores. He tudo o que tem sucedido da parte dos Bugres. (CORRESPONDÊNCIA 23-02-1851).

Este excerto é esclarecedor no sentido em que revela a saída de indígenas de seus aldeamentos para buscar alimentos em outros locais, atitude que nem os padres nem os diretores conseguiam controlar. Daí as constantes e insistentes correspondências solicitando mais praças para as Companhias de Pedestres. No mesmo ofício, o Padre Parés revela que a situação em Vacaria não era diferente, pois “os Bugres incomodão muito aos moradores comendo as roças. Não sei se terá já nomeado Director ou havido providencias para que não falte o mantimento temo que nada se pode fazer.” (Ibid.:4)

Havia neste período, uma proposta do governo provincial de reunir todas as tribos *Kaingang* no Aldeamento de Nonoai, no norte da província. Entretanto, o cacique *Doble* se nega a aldear-se em Nonoai, tendo em vista a rivalidade com outros caciques instalados naquela aldeia. Dessa forma, exige que seu grupo continue nos campos de Vacaria, sob o conhecido pretexto de que habitariam ora no Campo do Meio ora no Pontão.

O presidente Sinimbu já parece temer que a situação se agrave, por isso insiste com que o cacique *Doble* e a sua gente sejam aldeados o quanto antes. Porém, o aldeamento parece não acontecer conforme sua ideia, pois, conforme destaca em seu relatório anual: “ainda não se pôde conseguir que a tribu de *Doble*, que vaga nos campos de Vaccaria, [...] fosse removida para o aldeamento central de Nonohay, como muito convém.” (RELATÓRIO 30-06-1855: 19). A lógica do cacique *Doble* parece bastante clara, pois, sua permanência nos Campos do Pontão trazia inúmeros benefícios para si, entre os quais merece destaque o fato de ficar mais próximo das áreas habitadas, sejam colônias ou fazendas, podendo prestar seus

“serviços” a quem pagasse por eles. Por outro lado, e aí entramos no caráter oportunista do cacique, estas áreas muitas vezes isoladas, se tornavam alvos em potencial para os saques.

O governo provincial decide então mudar de estratégia. O Aldeamento do Pontão, criado nos Campos de Vacaria por ordem do presidente Patrício Correa da Camara em 1856, teve sua fundação ligada estreitamente às tentativas de aldeamento do cacique *Doble*, tendo em vista, como já relatado, o fato de que este se negava a aldear-se em Nonoai. Contudo, nem assim o governo consegue tirar o cacique da vida errante, pois, como destaca o presidente: “Tendo-se tentado reunir alli os Indios da tribu do Capitão *Doble*, não foi possível consegui-lo.” (RELATÓRIO 11-10-1857:26).

Uma vez mais, cabe atentar para os escritos de Mabilde, um dos que mais insistia na tomada de atitude das autoridades sobre a questão do cacique *Doble*. O engenheiro continuava denunciando através de seus apontamentos as artimanhas do cacique, entre as quais, destaca uma de suas correrias:

Em 16 de maio de 1855, achava-me, com seis camaradas, nas matas sobre a vertente setentrional do arroio Foromeco. Uns moradores da margem direita do mesmo arroio – distante, mais ou menos, três quartos de légua do lugar onde me encontrava com minha gente, em marcha para o sertão – vieram, pelas dez horas da manhã encontrar-se comigo. Pediam-me, insistentemente, que voltasse atrás, para o lugar de suas moradias, porque os bugres (nome que geralmente dão aos selvagens), na madrugada daquele dia tinham cercado o rancho de um falquejador, de nome José Antônio de Carvalho, e não o tinham incendiado, conforme tentaram fazer, porque Carvalho tinha em sua companhia quatro companheiros bem armados. Saíram do rancho, no momento em que os selvagens pretendiam atear fogo nele e, atirando de espingarda, mataram um e feriram vários dos que rodeavam o rancho, obrigando-os a fugir para a mata que distava dali umas cento e cinqüenta braças. (MABILDE, op. cit.:197-198).

Frente a esse relato, Mabilde segue em direção ao dito rancho com nove homens fortemente armados. Lá, recebe a informação de que os indígenas fugiram em direção ao Rio das Antas, para onde segue no encalço dos agressores. Depois de quase um dia inteiro de perseguição, Mabilde e seu grupo encontram os indígenas, como revela o engenheiro: “...ao subirmos um pequeno morro, da chapada do mesmo, avistamos, sentados de cócoras, ao redor de um pequeno fogo, vinte selvagens, inclusive o cacique *Doble* que os capitaneava.”(Ibid.). Na sequência do relato, Mabilde afirma que o cacique ao perceber as intenções de prendê-lo, foge para as matas com seu grupo, sendo impossível capturá-lo.

Não há referência sobre o que Mabilde estivesse fazendo nas imediações do Arroio Foromeco, a uma distância considerável de São Leopoldo, onde, por essa época exercia o

cargo de vereador.⁸ O que se torna explícito é que depois de encontrar o cacique *Doble*, Mabilde ficou determinado a prendê-lo, como indica mais um trecho de seu relato:

Meu empenho era de aprisionar, ao menos, o cacique Doble e conduzi-lo preso e no estado em que andava na mata, até Porto Alegre, levando-o até à presença do Presidente da Província onde, um mês antes, este cacique tinha estado, fardado com galões de capitão. Este seria o único meio de enganar as autoridades a que, por várias vezes, dei conhecimento das correrias que o perverso Cacique Doble praticava, depois de aldeado, circunstância esta que lhe parecia impossível, pela confiança que aquele cacique lhes inspirava. (MABILDE, op. cit. p. 171).

Percebe-se neste excerto, a tentativa de Mabilde de desmascarar o cacique frente às autoridades da província. Infelizmente não sabemos até que ponto seu objetivo deu resultado, pois, ao investigar os relatórios dos presidentes de província, não encontramos nenhuma referência que sugerisse a aceitação ou negação das denúncias do engenheiro Mabilde sobre o cacique *Doble*.

O governo provincial parecia já aceitar a continuidade do cacique na região dos campos de Vacaria e passou a planejar um novo aldeamento no local. Entretanto, o então diretor de Nonoai, Padre Antonio de Almeida Leite Penteado, prevendo as dificuldades com relação à catequese naquela região, mostrou-se contrário ao aldeamento do cacique *Doble* naquelas bandas, pois, como conhecedor dos “hábitos da indiada” (OFÍCIO 18-03-1856), julgava que o esforço e os gastos com o mesmo seriam improfícuos. O padre Penteado sugere que se insista na ida dos índios daquela região para Nonoai, como revela em ofício para o presidente da província:

Não convém por modo algú Exmo Sr. o aldeamento do Doble na Vacaria, ou campo do meio; este passo nada mais comporta que embaraços à cathequese, mais ônus aos cofres públicos com Director, Capelão e força, o que tudo só pode resultar em benefício de interesses particulares contra as conveniências publicas: creio que há interessados por este novo aldeamento. Fallei ao Doble a este respeito, fis continencias com o Prudente, e o vi bem disposto a hir para Nonohay. De mais Exmº Snr., essa indiada está tão viciada como esta do Nicaphyn, que tantos malles tem feito. (Ibid.)

Percebe-se no discurso do Padre Penteado um explícito teor acusativo, assim como nos apontamentos de Mabilde, principalmente com relação aos aliciamentos feitos por “interessados” na permanência dos índios nos Campos de Vacaria. Julgava ele que muitos fazendeiros estavam aliciando os indígenas para trabalharem nos seus campos, ou para expulsarem possíveis posseiros que invadiam suas fazendas, além de prestarem outros serviços a troco de bebida e alimentos.

⁸ Mabilde exerceu nos anos de 1855, 1856, 1857 e 1859 o cargo de vereador na Câmara Municipal de São Leopoldo, segundo a revista Estudos Leopoldenses nº 28 de 1974, p. 27.

As lamentações do Padre Penteado parecem não ter surtido o efeito esperado, pois encontramos informações sobre o aldeamento do cacique *Doble* naquela região em 1858. Falando sobre a criação de uma colônia militar no distrito de Lagoa Vermelha, para a proteção da população dos arredores, o presidente Angelo Moniz da Silva Ferraz refere-se à criação de um aldeamento na localidade denominada Mato Português. Para lá, no mês de agosto de 1858 teriam sido enviados “182 indígenas de ambos os sexos e de diferentes idades, da tribo – Doble – para fundar o Aldeamento de Santa Izabel...” (RELATÓRIO 05-11-1858: 29).

Ironicamente, é a partir deste momento que as autoridades da província passam a ter indicações mais concretas sobre a participação do cacique *Doble* nas investidas contra as fazendas e os lotes coloniais. Segundo o relatório do conselheiro Joaquim Antão Fernandes Leão, então ocupando o cargo de presidente da província, haviam muitos problemas com os aldeamentos indígenas, principalmente em Santa Izabel, onde recentemente se havia aldeado o cacique *Doble* com seus comandados. Segundo Fernandes Leão, “os Indios deste Aldeamento tem vivido quase que sobre si, sahindo do Aldeamento sem licença, á título de irem á caça, porem andando em correrias...” (RELATÓRIO 05-11-1860: 36).

Instado a dar explicações sobre as denúncias de violências e depredações cometidas pelos indígenas que se encontravam sob sua direção, o Diretor do Aldeamento de Pontão, Alberto Marques, declara que: “apenas me consta terem elles commettido alguns furtos de mantimentos, ferramentas e vestimentas, das lavouras e de alguas cazas em auzencia dos proprietarios sem que tenha percebido violência.” (OFÍCIO 10-07-1858). Estes pequenos delitos eram muitas vezes acobertados pelos diretores, para não por em risco a permanência de seus cargos e, também, para não prejudicar a relação com os líderes indígenas, que, como *Doble*, serviam como importantes colaboradores para o aldeamento de outros grupos ainda resistentes.

O relatório provincial de 1862 indica que ao extinguir o aldeamento de Santa Izabel, as autoridades pretendiam novamente que os chefes indígenas se encaminhassem para Nonoai. Porém, a tentativa não alcança sucesso e o cacique *Doble*, juntamente com outros chefes, acaba por ser instalado na Colônia Militar de Caseros. O relatório destaca ainda que:

Tendo vindo a esta capital alguns d'aquelles Caciques, não foi possível convencellos da conveniência de se transferirem ao aldeamento de Nonohay; o que talvez mais tarde se consiga. [...] Segundo as informações que ultimamente tenho tido dos vícios d'aquelles chefes, parece que são perdidos os esforços e despezas que se tem feito para lhes introduzir o gosto da vida social. Aproveitar a nova geração e

educa-la fora da influencia desses chefes, será talvez o meio mais profícuo. (RELATÓRIO 01-09-1862:39-40).

É neste momento que começa a ser tramado o destino do cacique *Doble* e de outros líderes indígenas. Após as várias denúncias sobre o jogo duplo do cacique, sua influência entre as autoridades começa a se desgastar e seus atos já não podem mais ser ignorados como antes. *Doble* ainda prestava alguns serviços para a província, mas sua importância já não era fundamental para os objetivos do governo. Pensava-se agora em eliminar sua influência frente às novas gerações.

A última referência sobre o cacique *Doble*, consta do ano de 1864, advinda do testemunho pessoal de Reinaldo Hensel, que o conheceu quando o cacique foi à capital para receber o pagamento por mais uma prestação de serviço ao governo. De acordo com Hensel:

No anno de 1864, tive pela primeira vez a oportunidade de ver em Porto Alegre pessoalmente os índios da Colônia Militar Monte Caseros. O seu cacique Doble, devido aos serviços por elle prestados havia merecido do Governo a nomeação de brigadeiro e tinha vindo á capital com uma parte de sua gente e com um transporte de cerca de trinta coroados selvagens, afim de vir receber do Governo uma recompensa especial por esta importante captura. Este cacique era um homem muito intelligente e especialmente experto, ao qual seria muito fácil tirar do matto todos os coroados selvagens, e só o índio domado está aqui apto a apoderar-se do selvagem, porem, elle, pelo mínimo serviço exigia alto pagamento e não se apurava muito na captura de seus colegas de tribu ainda selvagens, afim de não haver baixa no preço do artigo, assim elle se mantinha constantemente indispensável. (HENSEL, 1928: 69).

A tal “recompensa especial” constituía-se de roupas, ferramentas e alimentos, produtos trocados pelos serviços prestados pelos indígenas. Esta seria a última vez que o cacique iria à capital. Hensel afirma que durante a sua permanência em Porto Alegre, *Doble* e sua gente foram contaminados pelo vírus da varíola, que se manifestou quando retornaram ao aldeamento, causando muitas mortes entre os indígenas, inclusive a do próprio cacique (Ibid.). O que Hensel não destaca em seu texto é o fato de que os indígenas foram “presenteados” com roupas infectadas de soldados mortos por varíola (LAROQUE, op. cit.:141), uma medida proposital e derradeira para acabar de vez com a controversa atuação de *Doble*.

Considerações finais

Ao analisar a estratégia do cacique *Doble*, percebemos que é possível estender sua lógica a outros líderes indígenas que, através de diferentes estratégias de alianças, negociações e resistência, tornaram as fronteiras dos aldeamentos mais fluidas e frágeis. Suas formas de pensar e agir podem ser compreendidas enquanto estratégias de resistência aos valores impostos, assim

como uma forma de manter sua influência política frente a seus comandados. Sendo assim, compreendemo-las também enquanto construções socioculturais, frequentes em situações de contatos interculturais, sobretudo quando forças externas, mais poderosas e desmobilizadoras, atuam com intenções ameaçadoras à hegemonia das lideranças.

Esta perspectiva implica superar a visão homogeneizante e estereotipada muitas vezes predominantes nas narrativas históricas, onde os indígenas atuam predominantemente pelo impulso, pelo desejo selvagem de *vendetta*, dando-lhe outro significado. Trata-se de compreendê-lo na sua diferença, enquanto indivíduos que possuem uma historicidade, com visões de mundo, escalas de valores, sentimentos, emoções, desejos, projetos, com lógicas de comportamentos e hábitos que lhe são próprios. Estes sujeitos experimentam suas situações e relações socioculturais como necessidades, interesses e antagonismos e elaboram essa experiência em sua consciência e cultura, agindo de forma a construir sua história sob o seu próprio ponto de vista. (THOMPSON, 1987:81).

Pode-se inferir às ações ambivalentes dos *Kaingang* com relação aos aldeamentos, o papel de uma resistência cotidiana, nos termos de James Scott, que entende este tipo de ação como uma “infrapolítica dos desvalidos”, mecanismos de insubordinação ideológica onde os indivíduos conseguem impor limites aos poderosos e frustrar muitas de suas ambições (SCOTT, 2000:21-22). Através das caçadas furtivas, do trabalho mal feito, das enganações, das fugas, e também das correrias que não cessaram mesmo depois de aldeados, os indígenas demonstravam que não se deixariam “instruir” com tanta facilidade.

Considerando em conjunto os discursos presentes na documentação das autoridades provinciais, somos levados a concluir que a integração das populações indígenas ao Estado nacional sempre esteve aquém de suas expectativas e, muitas vezes, completamente fora do controle. Ao mesmo tempo em que não conseguiam emplacar medidas para atrair os indígenas resistentes para os aldeamentos, não conseguiam controlar a situação dentro dos mesmos. Sob vários aspectos, os documentos apontam as contínuas maneiras com que os *Kaingang* desafiavam o poder governamental. Muitas vezes, os espaços das aldeias ao invés de atender à almejada “civilização”, serviu muito mais como um espaço de sobrevivência, onde os indígenas tiveram a possibilidade de reelaborar sua cultura e identidade de acordo com as contingências de cada momento.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. **Metamorfoses Indígenas**: Identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

_____. Os Índios na História do Brasil. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

CESAR; Guilhermino. **História do Rio Grande do Sul**: Período Colonial. Porto Alegre Ed. Globo. 1970.

CALEFFI, Paula. A Identidade Atribuída: Um estudo da historiografia sobre o índio. **Estudos Leopoldenses**: Série História. Vol. 1. nº 1, 1997, p. 49-64.

ENGELMANN, Erni Guilherme. (coord). **A saga dos alemães**: do Hunsrück para Santa Maria do Mundo Novo. Igrejinha, 3.v. 2004.

GARDELIN, M. & COSTA, R. Colônia Caxias: Origens. Porto Alegre: Edições EST, 1993.

HENSEL, Reinaldo. Os Coroados da Província brasileira do Rio Grande do Sul. In: **Revista do Museu e Arquivo Público do Rio Grande do Sul**. n.º20, jun. Porto Alegre. 1928.

JACQUES, João Cezimbra. **Assuntos do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Oficinas Gráficas da Escola de Engenharia, 1912.

LAROQUE, Luís Fernando da Silva . **Lideranças Kaingang no Brasil Meridional (1808-1889)**. São Leopoldo: Instituto Anchieta de Pesquisas, 2000.

MABILDE, Pierre A. Booth. **Apontamentos Sobre os Indígenas Selvagens da Nação Coroados dos Matos da Província do Rio Grande do Sul**. São Paulo: IBRASA;INL Fundação Nacional Pró-Memória, 1983.

MONTEIRO, John Manuel. Armas e armadilhas: História e resistência dos índios. In: NOVAIS, Adauto (org). **A outra margem do ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

MOTA, Lúcio Tadeu. **As Colônias Indígenas do Paraná provincial**. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2000.

NONNENMACHER, Marisa Schneider. **Aldeamentos Kaingang no Rio Grande do Sul**: Século XIX. Porto Alegre, EDIPUCRS, 2000.

PREZIA, Benedito. O colaboracionismo Kaingang: dos conflitos intertribais à integração à Sociedade Brasileira no século 19. In: LEITE, Arlindo Gilberto de O. (Org.). **Kaingang**: confronto cultural e identidade étnica. Piracicaba: Ed. UNIMEP, 1994.

ROCHA, Leandro M. **O Estado e os Índios**: Goiás 1850-1889. Goiânia: Ed. UFG, 1998.

SCHWARCZ, Lília K. M. **Questões de Fronteira**: sobre uma antropologia da história. São Paulo. Novos Estudos. n.72. Julho de 2005.

SCOTT, James. **Los dominados y el Arte de la Resistencia**: Discursos Ocultos. Mexico: Edições Era, 2000. pp. 21-22.

THOMPSON, E. P. **Tradição, revolta e consciência de classe**. São Paulo: Cia das Letras, 1987.

Fontes

CORRESPONDÊNCIA 23-02-1851. Correspondência do Padre Bernardo Pares ao Diretor Geral dos índios da Província José Joaquim de Andrade Neves. Passo fundo, 1851. p. 3. AHRs. Arquivo Índios. Maço 3.

OFÍCIO 18-03-1856. Ofício do Diretor de Nonoai, padre Antonio de Almeida Leite Penteado ao presidente da província de São Pedro do Rio Grande do Sul, Barão de Muritiba. 1856. AHRs. Arquivo Índios. Maço 1.

OFÍCIO 10-07-1858. Ofício do Diretor do Aldeamento do Pontão, Alberto Marques, para o presidente da província Ângelo Muniz da Silva Ferraz. Lagoa Vermelha, 10 de Julho de 1858. AHRs. Arquivo Índios. Maço 2.

RELATÓRIO 16-09-1851. Relatório enviado pela Câmara Municipal de Vacaria ao Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, Conde de Caxias. Apud: LAROQUE, op. cit, 2000, p. 67.

RELATÓRIO 30-06-1855. Relatório com que o Dr. João Lins Vieira Cansansão de Sinimbu entregou a presidência da Província de São Pedro do rio Grande do Sul ao vice-presidente Luis Alves Leite de Oliveira Bello. Porto Alegre. Tip. do Mercantil. 1855.

RELATÓRIO 26-09-1855 – Relatório do Vice-Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, Luiz Alves Leite de Oliveira Bello para o Presidente da Província Barão de Muritiba. Porto Alegre. Typ. Do Mercantil, 1855.

RELATÓRIO 11-10-1857. Relatório do vice-presidente da província, Patrício Correa da Camara, na abertura da Assembleia Legislativa Provincial. Porto Alegre, Typ. do Mercantil, 1857.

RELATÓRIO 05-11-1858. Relatório do presidente da província de S. Pedro do Rio Grande do Sul, Angelo Moniz da Silva Ferraz, apresentado à Assembleia Legislativa Provincial. Porto Alegre, Typ. do Correio do Sul, 1858. p. 29.

RELATÓRIO 05-11-1860. Relatório apresentado à Assembleia Provincial de S. Pedro do Rio Grande do Sul na 1.a sessão da 9.a legislatura pelo conselheiro Joaquim Antão Fernandes Leão. Porto Alegre, Typ. do Correio do Sul, 1860.

RELATÓRIO 01-09-1862. Relatório apresentando pelo presidente da província do Rio Grande do Sul, desembargador Francisco de Assis Pereira Rocha, na 1.a sessão da 10.a legislatura da Assembleia Provincial. Porto Alegre, Typ. do Jornal A Ordem, 1862.